

Jardim de Infância de Lisboa: O primeiro jardim de infância em Portugal

CARLA VILHENA (*)

1. INTRODUÇÃO

A primeira iniciativa oficial, no que diz respeito à educação infantil no nosso país, segundo Gomes (1977), surge sob a forma de uma Carta de Lei, de 2 de Maio de 1878, que determina, no seu artigo 68.º o seguinte: «As Juntas Gerais de Distrito e as Câmaras Municipais promoverão a criação de asilos de educação, como auxiliares da escola primária, para acolherem crianças dos 3 até 6 anos.» (Diário do Governo, n.º 110, p. 1215).

No ano seguinte, nos dias 7 e 9 de Maio, o deputado José Joaquim Rodrigues de Freitas, num discurso sobre a instrução pública realizado na Câmara dos Deputados, propõe que seja recomendado ao governo a criação de jardins de infância, segundo o método de Froebel, nas escolas anexas às escolas normais, defendendo que: «a instrução pública para as crianças não deve começar na escola do ensino primário; cumpre que comece no que os alemães chamam “Kindergarten” ou Jardim de Infância» (citado em Rocha, 1984, p. 156).

Segundo Beja, Machãs, Saldanha e Serra

(1988), as creches e os jardins de infância vinham, desde meados do século XIX, a ser alvo de alguma atenção no nosso país.

Já em 1876, Ramalho de Ortigão incitara o Ministério do Reino a proceder à criação de «jardins de crianças como os que se estão usando na Suíça e na Alemanha, onde as crianças de três a sete anos aprendam praticamente as línguas com mestras estrangeiras e recebam as primeiras lições elementares das coisas, sem abrirem livro e conservando-se pelo maior espaço de tempo ao ar livre» (citado em Rocha, 1984, p. 156)

A designação jardim de infância surge, pela primeira vez, numa Carta de Lei de 11 de Junho de 1880. No seu artigo 18.º determina-se que: «No orçamento geral do Estado será consignada anualmente uma verba para [...] auxílio à iniciativa particular e às associações para o estabelecimento de jardins de infância [...]» (Diário do Governo, n.º 137, p. 1568). Nesta Carta de Lei é ainda determinado que «O estabelecimento [...] dos asilos de educação, [...], será ordenado pelo governo nas localidades onde forem de reconhecida necessidade, quando as câmaras e Juntas Gerais de Distrito não satisfaçam o preceito da lei» (Diário do Governo, n.º 137, p. 1568).

A 10 de Dezembro de 1880, em consequência do que fora determinado na Carta de Lei citada

(*) Psicóloga Educacional.

anteriormente, é publicada a seguinte portaria no Diário do Governo:

«Estando determinado no artigo 18.º da lei de 11 de Junho último, que no orçamento geral do Estado seja consignada anualmente uma verba que [...] é destinada a auxiliar a iniciativa particular e as associações no estabelecimento de jardins infantis [...] e devendo estas disposições estar a vigorar em conformidade com o artigo.

Ordena Sua Majestade El-Rei que os governadores civis de todos os distritos administrativos do continente e ilhas adjacentes, de acordo com os respectivos comissários dos estudos, não só dêem a necessária publicidade a estas importantes disposições [...], mas também diligenciem por si e pelos seus delegados organizar associações que se proponham a criar alguns dos estabelecimentos indicados [...]» (p. 3225).

2. O JARDIM DE INFÂNCIA DE LISBOA

A fim de que se cumprisse o que tinha ficado estipulado na anterior portaria o ministro de reino, José Luciano de Castro, envia um ofício ao governador civil de Lisboa, a 11 de Dezembro do mesmo ano, no qual, depois de elogiar o método de Froebel defendendo que: «De todos os sistemas aplicados ao ensino das crianças o denominado Froebel é o que [...] oferece os mais lisonjeiros resultados na prática» (Diário do Governo, n.º 284, p. 3249), apela para a criação de um «asilomodelo»:

«Entre nós esta instituição é inteiramente nova, e não poderá implantar-se com utilidade real, sem que haja pessoas instruídas e experimentadas no indicado método Froebel. Torna-se pois de lata conveniência e importância a criação de um asilomodelo, onde se eduquem as crianças e se habilitem senhoras que possam dirigir os institutos de que se trata [...].

Rogo portanto a V. Ex^a que, com a maior solicitude, haja de se entender com a junta geral do distrito e com a Câmara Municipal de Lisboa sobre este momentoso as-

sunto, a fim de que uma ou ambas estas corporações se prestem a fundar na capital o asilo modelo pelo modo que deixo indicado; na certeza de que o governo está disposto a auxiliar no próximo ano económico com o possível subsídio aquela tão útil como civilizadora fundação.» (p. 3249).

No entanto, a Câmara Municipal de Lisboa, mesmo antes da publicação da Carta de Lei de 11 de Junho de 1880, já tinha manifestado a intenção de criar um jardim de infância. De acordo com Garcia (1882), na sessão camarária de 11 de Junho de 1880, tinha-se decido a fundar um jardim de infância, associando-se, deste modo, às comemorações do 3.º centenário de Camões e indo de encontro aos desejos manifestados pela comissão executiva de imprensa, entidade responsável pela organização desta efeméride. Chegou mesmo a enviar, segundo este autor, um professor de instrução primária a um congresso internacional do ensino, realizado em Bruxelas no verão de 1880, «incumbindo-o ao mesmo tempo de visitar os estabelecimentos de educação» (p. 4).

Em virtude do ofício enviado no dia 13 de Dezembro pelo governador civil, a Câmara Municipal de Lisboa, nomeia, no dia 23 do mesmo mês, uma comissão que, em conjunto com o governador civil e com a comissão executiva da Junta Geral, deveria proceder às diligências necessárias para que fosse criado, conforme referia o mencionado ofício, nesta cidade, uma escolamodelo que seguisse o método Froebel. Faziam parte desta comissão os vereadores Elias Garcia, Teófilo Ferreira e Albuquerque.

A primeira reunião destas comissões teve lugar no dia 5 de Janeiro do ano seguinte. Desta reunião e de outra, que se lhe seguiu, saíram as seguintes decisões:

«[...] que a Junta Geral do Distrito auxiliaria a criação do “Jardim de Infância modelo” com a quantia de 4500\$00 réis; que a Câmara Municipal mandaria construir o edifício em terreno seu; que, de preferência a importar professoras, se deveria mandar pessoas idóneas ao estrangeiro estudar o sistema Froebel [...]; que se solicitasse à Câmara o terreno para a “escola-asilo”; que Elias Garcia ficasse

encarregado de indicar as condições do estabelecimento e Teófilo Ferreira de organizar o programa de conferências ou cursos para as professoras, devendo ainda indicar as aptidões requeridas para que pudessem ser enviadas ao estrangeiro; que o governador civil perguntaria ao governo qual o subsídio com que auxiliaria a “nova escola Froebel”» (Gomes, 1977, p. 29).

Devido a dificuldades surgidas com a apropriação de parte do terreno onde inicialmente se tinha pensado construir esta escola, na rua da Infância (actual Rua de «A Voz do Operário»), e, posteriormente com o atraso na compra de uma casa em que esta poderia funcionar, anexa a uma escola central, na rua do Patrocínio, a Câmara «resolveu levantar o Jardim de Infância no passeio da Estrela» (Garcia, 1882, p. 4).

No dia 5 de Setembro de 1881, o governador civil envia novo ofício à Câmara, no qual pede para ser informado acerca do andamento das comissões atrás referidas.

No entanto, devido a todos estes entraves, quando, praticamente um ano depois das duas comissões se terem reunido, Teófilo Ferreira assume o pelouro da instrução da Câmara Municipal de Lisboa, pouco ou nada tinha sido feito no que diz respeito à construção do edifício onde o jardim de infância iria funcionar.

Em consequência deste facto, este vereador apresenta uma proposta, na sessão camarária de 19 de Janeiro de 1882, em que propõe que «se elabore um projecto de chalet destinado ao estabelecimento das referidas aulas, já em alguns dos nossos jardins públicos, e mesmo junto de algumas escolas que se prestem à organização dessas escolas infantis» (Arquivo Municipal de Lisboa, 1882, p. 29).

No dia 27 de Fevereiro seguinte é enviado ao Presidente da Câmara, pelo governador civil, um ofício em que este solicita que no dia do aniversário do nascimento de Froebel, 21 de Abril, seja lançada a primeira pedra do edifício do jardim de infância.

No início de Março, depois de ter tomado conhecimento do ofício atrás referido, Teófilo Ferreira, numa reunião com os membros da comissão da Junta Geral e com o governador civil propõe que, em vez de se iniciar a construção do edifício, no dia 21 de Abril, se inaugure o

próprio edifício. Na sessão camarária de 16 de Março, Teófilo Ferreira apresentou aos seus colegas a proposta atrás referida e informou que:

«Tendo falado com o senhor presidente a este respeito [...] incumbira a repartição técnica de elaborar o projecto, que apresentava, para a construção, em forma de chalet, de uma escola Froebel no jardim da Estrela, no ângulo formado pelo Largo da Estrela e rua nova da mesma denominação.

O chalet, como se via, era de uma construção modesta, mas elegante, e comportaria cerca de 200 crianças; o seu custo não excederia 2500\$00 réis.

[...] Pedia, portanto, que a Câmara, em vista da estreiteza do tempo, resolvesse com urgência sobre este assunto, autorizando a começar aquela construção desde já e mesmo a empregar o sistema de tarefas, de modo a que possa fazer-se a inauguração no dia 21 de Abril.» (Arquivo Municipal de Lisboa, 1882, p. 134).

Tendo sido colocadas algumas objecções, por alguns vereadores, à construção deste jardim de infância, Teófilo Ferreira «expôs as excelências dos jardins de infância» (p. 134), defendendo que «não era um luxo o que propunha, era uma necessidade, era um dever que a câmara tinha que cumprir, e a que se obrigara por ocasião do 3.º centenário de Camões» (p. 134).

A proposta de Teófilo Ferreira acabou por ser aprovada numa sessão extraordinária que teve lugar no dia seguinte, 17 de Março, assim como o projecto do chalet e o respectivo orçamento.

Deste modo foi possível, embora as obras ainda não estivessem concluídas, inaugurar, no dia 21 de Abril de 1882, o primeiro Jardim de Infância do nosso país.

A inauguração teve lugar às 13 horas, tendo a cerimónia sido presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, Rosa Araújo, acompanhado pelo Ministro do Reino.

O jornal *Correio da Noite*, de 21 de Abril de 1882, descreve esta cerimónia:

«Estavam presentes quase todos os vereadores da câmara, director geral da instrução pública, reitor do liceu nacional de

Lisboa, governador civil e todos os professores e professoras oficiais com as respectivas escolas.

[...] O chalet ou pavilhão, que ainda não está completo, estava decorado com a máxima singeleza, e adornado com quadros relativos ao sistema Froebel. Bem como se viam jogos, brinquedos, lousas, tudo apropriado à educação das crianças, que têm que frequentar aquele jardim.

[...] As escolas vinham todas formadas com a respectiva bandeira, e depois de cumprimentarem a câmara saíram do pavilhão para irem receber um suculento lunch que se compunha de sandwichs de carne assada e vinho».

Numa comunicação apresentada no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, em 1892, afirma-se que este iniciou o seu funcionamento em Novembro de 1882.

Da organização deste jardim de infância ficaram responsáveis Carlota de Brito Freire, professora do ensino complementar e o seu marido, professor das Escolas Normais de Lisboa, Alfredo Júlio de Brito Freire.

Segundo o autor, desconhecido, da comunicação atrás referida, uma das funções desta escola seria «habilitar no ensino froebeliano as professoras das escolas municipais que nas diversas escolas centrais deviam ser encarregadas da

classe preliminar ou infantil» (p. 3), função que, segundo este, cumpriu. Esta formação, pelo que é descrito, consistia na elaboração de programas, organização de horários e de regulamentos que marcavam as atribuições do pessoal da escola sendo da responsabilidade, de acordo com o disposto no artigo 19.º do *Regulamento Orgânico Provisório dos Jardins de Infância* da Câmara Municipal de Lisboa, da directora desta escola:

«Enquanto não houver professoras especialmente habilitadas para regerem as classes dos *Jardins de Infância*, a directora do primeiro jardim aberto ao público e algum professor da escolha do vereador da instrução serão encarregados, não só de organizar todo o ensino, mas ainda de habilitarem no sistema de Froebel as professoras permanentes, e as que por seu turno forem mandadas praticar nos *Jardins Centrais*.» (Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, p. 12)

2.1. Breve referência ao modo de funcionamento

Este jardim de infância, com capacidade para, segundo Ferreira (citado em Gomes, 1977), cerca de 200 crianças, era, em 1892, frequentado por 356 crianças (Quadro 1) que estavam repartidas por quatro classes, consoante a sua idade.

QUADRO 1
Estatística da frequência do Jardim de Infância de Lisboa de 1882 a 1892

Anos escolares	Existiam	Entraram	Total
1882-83	175	50	225
1883-84	125	89	214
1884-85	227	109	336
1885-86	177	128	302
1886-87	191	121	312
1887-88	186	183	369
1888-89	216	113	329
1889-90	162	147	309
1890-91	145	133	280
1891-92	209	147	356

Nota: Extraído de *Jardim de Infância de Lisboa* (p. 6), comunicação apresentada no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano: Secção Portuguesa (1892).

Às 10 horas da manhã iniciavam-se os «exercícios escolares», entrando as crianças, nesta instituição, a partir das 9 horas, sendo recebidas pelas vigilantes e pelas monitoras que «inspecionavam o estado de asseio em que se apresentavam, se trazem lunch, etc.», não sendo recebidas «as que não se apresentem convenientemente lavadas e decentemente vestidas e calçadas, bem como as que trouxeram o fato ou calçado molhado ou húmido» (Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, p. 4).

2.2. Objectivos e currículos

Segundo o *Regulamento Orgânico Provisório dos Jardins de Infância da Câmara Municipal de Lisboa*, publicado em 1882, o objectivo deste jardim de infância, já que era o único existente, era «a educação física, moral e intelectual das crianças de 3 a 6 anos» (Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, p. 7).

Do artigo 2.º deste regulamento constam indicações relativas ao que poderá ser «ensinado» às crianças que frequentam os jardins de infância:

«O ensino nos Jardins de Infância, poderá compreender:

- 1.º – Movimentos e exercícios físicos aconselhados pela higiene e apropriados à idade das crianças;
- 2.º – Exercícios de canto coral, especialmente destinados à educação dos órgãos vocais e ao desenvolvimento da caixa torácica e dos órgãos ali contidos;
- 3.º – Exercícios e trabalhos manuais apropriados;
- 4.º – Exercícios de língua materna;
- 5.º – Princípios de educação moral;
- 6.º – Noções gerais de história natural, higiene e geografia;
- 7.º – Conhecimento acerca dos objectos de uso comum;
- 8.º – Contos e narrações de utilidade prática e ao alcance da inteligência das crianças;
- 9.º – Exercícios de contar e de cálculo mental;
- 10.º – Primeiros elementos de desenho;
- 11.º – Primeiros elementos de leitura e escrita.» (Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, 1892, p. 7).

Segundo Saavedra e Saavedra (1888), dois professores que realizaram uma visita de estudo a jardins de infância na Suíça, em França e na Espanha, no método Froebel os contos são considerados importantes porque «despertam os sentimentos religiosos, os sentimentos afectuosos, em suma, exercem uma influência moral na educação, desenvolvem o espírito de observação, fortificam a memória e avivam a imaginação» (p. 13), por outro lado, os «jogos ginásticos acompanhados de cantos e de ocupações manuais» (p. 13), para além de contribuírem para um fortalecimento do corpo, «habitua à ordem, à disciplina e exercem também uma certa influência sobre a educação moral» (p. 13).

Verifica-se existir aqui uma centração na educação moral da criança, a par com a preocupação com o seu desenvolvimento intelectual e físico – o que também está patente nos objectivos dos jardins de infância da Câmara Municipal de Lisboa, referidos anteriormente – o que se poderá dever ao facto de, segundo Boltanski (1977), nos finais do século XIX, a principal função da escola ser a de transmitir os conhecimentos necessários à condução de uma vida conformada à moral e à razão, devendo permitir a ascensão de qualquer indivíduo a uma vida decente, moral e ordenada. Segundo um artigo, de autor desconhecido, um publicado na revista Froebel, uma das vantagens do método Froebel era, precisamente, o preparar «bons e vigorosos cidadãos» (p. 8).

Os jardins de infância tinham ainda como funções o completar a educação que a criança recebe na família e o preparar para a escola primária. Esta segunda função está bem patente nos pontos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º do artigo 2.º do *Regulamento Provisório dos Jardins de Infância da Câmara Municipal de Lisboa*, referido atrás.

2.3. Algumas críticas

No entanto, apesar de, aparentemente, ter tido sucesso, as opiniões acerca da qualidade desta escola divergem.

Luís Augusto dos Reis, professor oficial do Brasil, num relatório que publica acerca das escolas que visitara em Portugal, Espanha, França e Bélgica, faz a seguinte apreciação a propósito desta: «Em resumo: Não vi... na França e na Bélgica um Jardim Infantil superior ao Jardim

Froebel da Estrela em Lisboa, quer pelo prédio, quer pelo asseio, quer pela ordem e regularidade dos trabalhos. É o que se pode desejar de útil, elegante e belo. É isto que francamente me compete dizer» (citado em Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, 1892).

Alves (1909), afirma (depois de verificar que não existia, em 1909, nenhuma escola infantil no nosso país) que: «[...] o que ali está não é um jardim de infância, não é uma escola primária, não sei bem o que seja, a não serem os destroços de uma bela aspiração nascida e alimentada na alma generosa, verdadeiramente portuguesa, desse benemérito da instrução nacional que se chamou José Elias Garcia.» (p. 3).

Ramos (1940), indo de encontro à opinião de Alfredo Alves, faz a seguinte apreciação: «A Escola Froebel, ou Jardim de Infância, que o município de Lisboa, em 1882, numa alvorada prometedoras pretendia levar a efeito no Jardim da Estrela, [...] aspirando a ser um decalque dum Kindergarten alemão, foi um arremedo lamentável, que falhou em absoluto.» (p. 19), transcrevendo a opinião de uma inspectora de jardins de infância belga, E. Destrée Vander Molen, acerca desta escola, por a considerar imparcial:

«[...] sem traduzir para garantia do seu íntegro significado.

“Un jour, loin d’ici, au Portugal, j’ai cru avoir trouvé ce jardin de rêve; il était au fond d’un parc qui portait le nom harmonieux de parc d’Estrella. Les enfants arrivaient en bandes joyeuses vers une petite maison basse, au seuil de laquelle une femme de service les accueillait.

Porquoi les y ai-je suivis?

Sur les murs de classes s’étaient des squelettes humains, des appareils digestifs, des poumons malades et des pauvres fleurs schématisées, qui semblaient demander pardon de tant de sécheresse et de laideur. Les enfants avaient de trois à sept ans... Ils étaient désignés chacun par un numéro!

C’était triste à pleurer! plus triste encore dans cette ambiance grisante de soleil parfumé, qui partout ailleurs.”» (p. 19).

3. CONCLUSÃO

Embora a educação infantil tenha merecido alguma atenção no nosso país a partir de meados do século XIX, o que se pode verificar pelo surgimento de legislação respeitante aos jardins de infância e também pelo facto de a Câmara Municipal de Lisboa no artigo 3.º do *Regulamento Orgânico dos Jardins de Infância* se propor a criar um jardim de infância em cada um dos bairros da cidade, na prática, desde 1878 (data da primeira Carta de Lei que faz referência à educação infantil) até 1910 (ano da implantação da República), apenas foi criado por iniciativa oficial, um único jardim de infância, o Jardim de Infância de Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, A. A. (1909). *Escolas maternais*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.
- Anónimo (1892). A revista «Froebel». *Froebel*, 1 (1), 7-8.
- Anónimo (1892). Jardim de infância de Lisboa. In *Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano: Secção Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Beja, F., Machãs, E., Saldanha, I., & Serra, J. (1988). *Muitos anos de escolas edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: MEC-DGEE.
- Boltanski, L. (1977). *Prime éducation et morale de classe*. Mouton, La Haye: Mouton & Cie et École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Garcia, J. E. (1882). Jardim de infância. *Froebel*, 1 (1), 4.
- Gomes, J. F. (1977). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ramos, J. de Deus (1940). *A criança em Portugal antes da escola primária*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Rocha, F. (1984). *Fins e objectivos do sistema escolar português*. Aveiro: Paisagem Editora.
- Saavedra, C.A., & Saavedra, J. C. (1888). *Jardins de infância, escolas primárias e normais na Suíça, França e Espanha*. Porto: Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica.

FONTES DOCUMENTAIS CONSULTADAS

- Arquivo Municipal de Lisboa (1882). *Sessões da Câmara*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Diário do Governo*, n.º 110, 16 de Maio de 1878.
- Diário do Governo*, n.º 137, 19 de Junho de 1880.
- Diário do Governo*, n.º 284, 13 de Dezembro de 1880.

RESUMO

Neste artigo descreve-se a criação do primeiro jardim de infância em Portugal, o *Jardim de Infância de Lisboa*, fornecem-se alguns dados acerca do seu funcionamento, dos seus objectivos e currículos. São igualmente referidas algumas críticas feitas a esta escola.

Palavras-chave: História da educação, «Jardim de Infância de Lisboa».

ABSTRACT

In this article we shall describe the setting up of the first nursery school in Portugal and give some details about its running, its aims and curricula.

We shall also outline some of the criticism to which it was subjected.

Key words: History of education, «Jardim de Infância de Lisboa».